

DEBATE SOBRE O FIM DA CENTRALIDADE DO TRABALHO: breve exame crítico das concepções de Offe e Touraine

Carla Borges Ferreira
Mestranda do Programa de Pós-graduação da UEL
cborgesferreira@gmail.com

1. Introdução

A partir dos anos 70, o mundo sofreu mudanças significativas, principalmente no que diz respeito à produção e controle capitalistas. A crise dos Estados de bem-estar social nos países centrais, o esgotamento do padrão de produção industrial até então vigente e a ascensão de um novo tipo de regulação política¹ são alguns dos acontecimentos centrais que culminaram nestas transformações.

Tal contexto influenciou não só nas mudanças da realidade social, mas também numa reformulação de teorias e metodologias de pesquisa, principalmente no âmbito das ciências sociais. Isto porque, de acordo com Saul (2001), o declínio de paradigmas de análise – e, em consequência, a emergência de novos – se dá paralelamente às mudanças na configuração político-econômica da sociedade.

Sendo assim, várias análises, já a partir do final da década de 60, se dedicaram a entender esta nova realidade e a criar novos instrumentos de análise condizentes com as novas preocupações. É neste contexto que surgem os debates sobre o fim da centralidade do trabalho e a ascensão de uma sociedade definida como “pós-industrial”.

O objetivo deste trabalho é fazer uma discussão com alguns dos autores que afirmam que vivenciamos um período "pós-industrial" onde o trabalho não é mais central e, a partir disso, buscar reafirmar a crítica a esta visão, evidenciando que ainda estamos inseridos numa sociedade do trabalho, onde, por mais que se tente, por uma tendência do capitalismo, cada vez mais diminuir postos e jogar milhares de pessoas no abismo do desemprego, isso não vem a significar o fim desta realidade.

De acordo com a perspectiva aqui adotada, o trabalho ainda é a categoria central para o entendimento da realidade capitalista por ser essencial para a sua reprodução.

¹ Referimos-nos ao esgotamento do padrão taylorista/fordista de produção e o emprego, cada vez mais difundido mundialmente, das técnicas flexíveis toyotistas; e a ascensão, como forma de regulação política, do ideário neoliberal. Cabe reforçar que tal processo não se deu de forma simples. Várias forças sociais se contrapunham nesse contexto e, além disso, outros acontecimentos – como, por exemplo, os choques do petróleo da década de 70, e uma maior financeirização da economia – influenciaram na constituição deste novo quadro. Por não ser o objetivo deste artigo, não aprofundaremos esta discussão.

Para dar respaldo a esta discussão, foram escolhidos dois autores de central importância neste debate, Claus Offe e Alain Touraine. Não são os únicos que se destacam nesta discussão, porém, pela extensão das teorias e o pouco espaço de um artigo, optamos por restringir a análise a estes dois. A escolha do primeiro autor se deu por acreditar que ele discute de forma direta a questão da centralidade do trabalho enquanto categoria de análise da sociologia. E em relação à Touraine, optamos por ter sido ele um dos precursores² da discussão da ascensão de uma “sociedade pós-industrial” e por focar o tema da ascensão dos “novos movimentos sociais”.

Na primeira parte do artigo, discutiremos as principais idéias dos dois autores e posteriormente buscaremos analisar alguns dos argumentos principais na tentativa de reafirmar a crítica a esta concepção.

2. Discussão com autores

2.1. Offe e o declínio do trabalho enquanto categoria central da sociologia.

Claus Offe é um importante sociólogo alemão, que entre vários outros trabalhos, se dedicou à defesa da tese das mudanças nas formas de análise sociológica argumentando que o trabalho não pode mais ser considerado, como já foi em um período anterior, a “pedra-de-toque da teoria social” (OFFE, 1989, p.5).

Com o intuito de afirmar o declínio da categoria trabalho enquanto central nas análises da pesquisa social, Offe (1989) retoma os clássicos – e o contexto no qual estes escreviam –, na tentativa de demonstrar como, no início do pensamento sociológico, era relevante, tendo em vista a surgimento da sociedade moderna, tomar o *trabalho* como categoria central para explicar as novas relações sociais que foram sendo constituídas com a consolidação do modo de produção capitalista.

Dirá este autor que, com a Revolução Industrial e o advento da sociedade moderna, o século XIX veio consolidar um novo “sistema”, no qual o trabalho se encontrava “em sua forma pura, isto é, (...) separado de outras atividades e esferas sociais” (OFFE, 1989, p. 5). Desta forma, justificava-se, àquela época, tendo em vista o grande crescimento do mercado e da esfera econômica, tomá-lo como categoria central de explicação da realidade pelos estudos sociológicos e da ciência política. O que, para ele, já não tem razão de ser no final do século XX.

² Daniel Bell é outro autor de grande importância para o desenvolvimento destas argumentações.

Partindo do levantamento do que ele chama de novas “preocupações temáticas” (OFFE, 1989, p. 7) que vem guiando a pesquisa social a partir da segunda metade do século XX, o autor tenta demonstrar como várias esferas da vida não mais se encontram determinadas pelo campo econômico, e desta forma, não mais comportam um estudo que parta da esfera produtiva, industrial, que envolvam o conflito capital / trabalho, para explicá-la.

A diversificação objetiva pela qual o trabalho passa com o desenvolvimento do capitalismo e dos novos métodos de produção é, para o autor, a primeira “evidência” da tese que ele vem defendendo. Segundo ele:

Sintomas de crescente heterogeneidade despertam dúvidas sobre se o trabalho assalariado ainda pode, *nesta qualidade*, ter uma significação precisa e partilhada, para toda a população que trabalha e seus interesses e atitudes sociais e políticos. Estes sintomas abrem a possibilidade de o trabalho se ter tornado “abstrato”, num certo sentido, de modo a ser considerado apenas uma categoria estatística descritiva, e não uma categoria analítica para se explicar estruturas, conflitos e ações sociais. (OFFE, 1989, p. 9)

Ou seja, diferentemente do que ocorria nas primeiras fases do desenvolvimento capitalista, em que havia a formação de uma identidade coletiva baseada no trabalho, hoje, este passa, cada vez mais, por um processo de diversificação, com o aparecimento de várias novas funções exigindo, assim, diferentes qualificações. Isto, para Offe, é razão para entender que, em função desta heterogeneidade, não há como manter um nexos social que seja determinada pelo trabalho. Ainda segundo o autor:

Pode ser que a contribuição involuntária do capital à solidariedade, a saber, a maciça concentração de uma força de trabalho, homogeneizada e padronizada na forma organizacional da produção industrial em larga escala (tal como analisado por Marx), tenha ajudado a unir os trabalhadores, tanto objetiva como subjetivamente. (OFFE, 1989, p. 9)

Diante desta argumentação, pode-se pensar no porquê das mudanças que levaram à consolidação da heterogeneidade dos trabalhadores. O modo de produção capitalista se sustenta na contínua busca pela acumulação, através da incessante ampliação das taxas de lucro. Sendo assim, e tendo em vista que a união dos trabalhadores em uma luta política pode ser desvantajosa para o capital, surge a necessidade da criação de uma diferenciação que pudesse quebrar com a identidade coletiva anteriormente constituída. Desta forma, evidencia-se que exatamente pela importância que tem o trabalho para a reprodução

capitalista, que ele passou a sofrer tais investidas as quais resultaram na diversificação da classe trabalhadora.

Portanto, é preciso, para o entendimento desta questão, pensar no trabalho como um todo, inserido na lógica capitalista de produção. As análises que tem como foco a sua centralidade não ignoram estas cisões no interior da classe trabalhadora, mas, ao contrário, procuram entender como – mesmo sendo diversificado e tendo passado por grandes mudanças que implicam inclusive na exclusão de muitos indivíduos – o trabalho ainda é indispensável para a reprodução capitalista e, portanto, ainda deve ser tomado como categoria central das análises da realidade contemporânea. Tal questão será melhor discutida no último item. Cabe, aqui, voltar à discussão dos argumentos de Offe.

Um segundo argumento no qual Offe se debruça é em relação ao trabalho não mais desempenhar um papel principal na organização da uma existência pessoal. Segundo este autor, esta situação se dá pela desintegração de pelo menos um de dois mecanismos que ele considera fundamentais: trabalho enquanto dever moral (integração social) e trabalho enquanto necessidade (integração sistêmica). (OFFE, 1989, p.13)

A desintegração da primeira, ou seja, da idéia de trabalho enquanto um dever humano ético, se dá em razão não só do enfraquecimento de tradições nas quais tal concepção se baseava, mas também, segundo o autor, “em virtude do crescimento de um hedonismo centrado no consumo” (OFFE, 1989, p.13). Para além destas duas razões, o autor defende que

o poder *coercitivo* da ética do trabalho pode ter sido adicionalmente enfraquecido pelo fato de que ela geralmente só pode funcionar sob condições que (pelo menos até certo ponto) permitam aos trabalhadores participar em seu trabalho como pessoas reconhecidas e moralmente atuantes. É bastante incerto se, e em que áreas do trabalho social, esta precondição está sendo hoje satisfeita.

Na medida em que são moldados no padrão de "taylorização", processos de racionalização organizacional e técnica parecem resultar, ao contrário, na eliminação do "fator humano", e de suas qualidades morais, do processo de produção industrial (Kumar, 1979, p. 15). (OFFE, 1989, p. 13)

Há, realmente, um enfraquecimento da ética do trabalho tal qual estava consolidada no século XIX, porém isso não implica na determinação de um não reconhecimento naquilo que se produz muito diferente do que já era realidade no século retrasado. Isto é, a alienação da qual se falava nos anos de consolidação capitalista, se aprofunda, mas o aspecto da participação da subjetividade do trabalhador, no final do século XX, acaba, mesmo que de forma inautêntica, por ser resgatada nos novos formatos de produção

empregados pelas técnicas flexíveis. É neste ponto, que a argumentação de Offe, que se referia a taylorização do trabalho, um período que precede àquele que brevemente descrevemos, não justifica a afirmação que ele vem defendendo.

Além disso, o autor destaca a diminuição do tempo de trabalho (aumento do tempo livre) e a descontinuidade biográfica da profissão. Tais fatores contribuiriam para que o trabalho fosse visto como uma experiência como outra na construção da identidade pessoal e social. Do mesmo modo, o aumento do desemprego, levaria à diminuição da estigmatização que esta situação envolve, e à criação de uma cultura desconectada do trabalho e hostil a ele. Em relação a esta questão, Augusto (1998) argumenta:

a possibilidade de que o desemprego gere espontaneamente uma cultura hostil à sociedade do trabalho, revela uma visão extremamente otimista das conseqüências do desemprego. Com o distanciamento de mais de uma década do texto de Offe, tal visão do desemprego parece ser desmentida; além disso, outras experiências de desemprego crônico - como na década de trinta - não geraram tais conseqüências. (AUGUSTO, 1998, p. 94)

O trabalho de Augusto já data de uma década atrás, então pode-se reforçar, a partir da realidade que presenciamos hoje, o argumento colocado pelo autor.

Em relação ao trabalho enquanto necessidade, os argumentos principais do autor são: 1) que outros elementos além da renda do trabalho contribuem de maneira mais significativa para o bem-estar dos indivíduos, quebrando com o mecanismo de estímulo positivo do trabalho, e 2) que o mecanismo de estímulo negativo, a ausência da renda pelo trabalho, também se enfraquece no contexto do Estado de bem-estar social, que garante a subsistência dos desempregados.

Tais argumentos podem ser discutidos e refutados para explicação de um contexto mais amplo, já que os dois fatores só podem ser aplicados, e mesmo assim, de maneira restrita, ao contexto de alguns países europeus e aos EUA, que vivenciaram na prática o *welfare state*.

Tendo discutido, brevemente, a argumentação de Offe, pode-se considerar que esta se apresenta um tanto limitada para decretar o fim da centralidade do trabalho. No próximo item, serão debatidos alguns pontos da argumentação de Touraine.

2.2. Touraine e as novas lutas sociais na *sociedade programada*

Alain Touraine é um renomado sociólogo francês, um dos precursores, como já dito, das análises que consideram a ascensão de uma “sociedade pós-industrial”. Nos seus estudos, dá grande enfoque à questão dos “novos movimentos sociais” neste novo tipo sociedade. Analisaremos neste item alguns pontos discutidos no livro “A Sociedade Post-Industrial” que tenham referência à questão central discutida neste artigo – a centralidade do trabalho.

Primeiramente cabe dizer que Touraine vai optar pelo termo *sociedade programada*³ nesta análise. Segundo o autor,

(...) o caráter mais geral da sociedade programada é o facto de as decisões e os combates económicos já não possuírem, nessa sociedade, a autonomia e a centralização que tinham num tipo anterior de sociedade, definido pelo seu esforço de acumulação e de recolha antecipada de lucros sobre o trabalho directamente produtivo. (TOURAINÉ, 1970, p. 9)

Já nesta delimitação do caráter deste novo tipo de sociedade, é possível perceber o posicionamento do autor, que vai, grosso modo, na mesma direção da concepção de Offe. Touraine não nega a existência ainda relevante da exploração capitalista neste novo tipo societal, mas dirá que em relação à dominação social, há uma grande transformação que vai além da exploração econômica. Para o autor, tendo em vista a concepção da não centralidade da esfera econômica, é mais útil falar em alienação, por se referir, segundo ele, a relações sociais, do que em exploração, que se restringe a relações econômicas. Neste sentido, a nossa sociedade seria uma sociedade de alienação por proporcionar aos “não dirigentes” apenas uma “participação dependente” (TOURAINÉ, 1970).

Pois bem, é a partir destes elementos centrais que Touraine irá discutir a questão dos novos conflitos e movimentos sociais. De acordo com ele,

os conflitos sociais que se formam nesta sociedade não são da mesma natureza que na sociedade anterior. Opõem-se menos o capital ao trabalho do que os aparelhos de decisão económica e política àqueles que são submetidos a uma participação dependente (TOURAINÉ, 1970, p.13)

O período em que Touraine escreve este livro (final da década de 60) é um período marcado pela efervescência de novas manifestações culturais e artísticas, com a ascensão de novos movimentos organizados em torno de reivindicações que até então não tinham

³ Para Touraine, o novo tipo de sociedade que se forma será chamada *sociedade pós-industrial* se considerarmos em relação à sociedade de industrialização; *sociedade tecnocrática*, se nos referirmos em relação ao poder que a domina e, finalmente, *sociedade programada* se a definirmos pela natureza do seu modo de produção e de organização econômica. (TOURAINÉ, 1970)

ocupado tanto espaço. A observação deste movimento de transformações na realidade política cotidiana levou Touraine às conclusões que podem ser evidenciadas no trecho acima.

Hoje, no início do século XXI, este argumento vem ganhando ainda mais força devido à crise pela qual passa o marxismo desde os anos 80. No plano teórico, as análises histórico-totalizantes perdem cada vez mais respaldo acadêmico. E, no plano político, as lutas que reivindicam uma mudança social radical têm perdido força desde o declínio do socialismo real na URSS. Tudo isso aprofundado por um contexto de novas investidas capitalistas no sentido de criar um envolvimento – objetivo e subjetivo – do dominado no seu projeto e de naturalizar esta dominação.

Desta forma, como foi dito, não só no âmbito teórico, ou seja, das análises que tentam, de alguma forma, dar conta da realidade social; mas também na própria realidade, no desenvolvimento da sociedade, a noção de centralidade do trabalho vem perdendo respaldo. Exemplo desta questão pode ser encontrado na própria constituição dos chamados “novos movimentos sociais” (movimentos feministas, negro, gay, ecológico, etc.) que abdicam – ou simplesmente recusam – uma reivindicação que alcance também questões “econômicas”⁴ – superação da divisão de classes, da exploração do trabalho, do capitalismo como um todo – para se voltar para reivindicações pontuais de alguns grupos que passam a lutar por melhorias imediatas independente de haver uma mudança no capitalismo⁵.

Touraine explora bem esta questão. Dirá ele que

(...) ao passo que na sociedade de industrialização capitalista essa resistência da vida privada se definia no quadro do trabalho, apoiando-se na profissão ou na colectividade local, agora, perante um poder de integração, de manipulação e de agressão que atinge todos os domínios da vida social, é o conjunto da personalidade que se mobiliza. (TOURAINÉ, 1970, p.15)

Para o autor, não existe mais uma luta comum, que tenha um mesmo foco que implique na libertação da exploração da maioria dos sujeitos. Portanto, para que haja “grandes defrontações” contra o que ele chama de “participação dependente”, seria

⁴ Aqui não nos referimos apenas a questões estritamente econômicas e, por isso, a opção pelas aspas. De acordo com a nossa perspectiva, o capitalismo ultrapassa as questões meramente econômicas, sendo um modo de produção que acarreta em uma forma de sociedade, política e cultura determinadas que contribuam para a sustentação de sua reprodução.

⁵ Vale reforçar que nem todos os “novos” movimentos sociais recusam pautar a luta pelas questões econômicas, e que nem todos restringem-se à luta por direitos nos marcos da institucionalidade do capital. Há sim, ainda, aqueles que constroem a luta de forma mais ampla, aliando à questões “culturais”, questões “econômicas”.

necessário uma disposição das várias novas categorias que se encontram em uma posição contrária a das forças de dominação.

Porém, apesar de afirmar que “a classe operária já não é, na sociedade programada, um privilegiado actor histórico” (TOURAINÉ, 1970, p.21), Touraine coloca que

é quase evidente que nenhum movimento social e político de grande envergadura poderá desenvolver-se, se não penetrar largamente na classe operária que representa a maior parte dos trabalhadores dependentes. (TOURAINÉ, 1970, p.23)

É possível observar, a partir deste trecho, que o autor dá importância à classe trabalhadora, reconhecendo-a como tendo um papel essencial na constituição dos movimentos. Porém, a noção que ele coloca é a de que esta classe deve encampar as novas reivindicações da nova sociedade. Pois, de acordo com ele, as lutas de hoje não são evolução das de ontem e nem serão o embrião das de amanhã (TOURAINÉ, 1970). Isto é, a luta histórica da classe trabalhadora, já não é a mais importante na sociedade “programada”.

Touraine afirma que o movimento operário se encontra num nível de institucionalização. Isto porque, segundo ele, os conflitos não põem mais em causa a questão do poder (TOURAINÉ, 1970). O próprio autor, ao afirmar isto, apresenta dois contra-exemplos desta situação – a Itália e a França – argumentando que mesmo nestes países o movimento operário e o sindicalismo não constituem uma força revolucionária (TOURAINÉ, 1970).

É preciso pensar esta argumentação. A atuação presente do movimento operário, que se encontra, no geral, enfraquecido, implica na conclusão de que ele perdeu centralidade na luta política?

As investidas do capitalismo sobre a classe trabalhadora são cada vez mais renovadas. E, em grande medida, estas ações se dão com o intuito de enfraquecer o poder de embate dos sindicatos e de envolver objetiva e subjetivamente o trabalhador no seu projeto de constante acumulação, como se isso representasse um interesse geral. Desta forma, mesmo o contexto atual, de retração do sindicalismo e do movimento operário combatente, não justificaria a análise de perda da importância das reivindicações que tenham como foco o fim da exploração. É claro que não estamos aqui ignorando a importância das reivindicações dos novos movimentos sociais. São sim de grande valia as lutas em favor das questões de gênero, raciais, ambientais, homossexuais, etc. Mas parece-me razoável dizer, em comum acordo com Antunes (2005) que “as ações desses

movimentos ganham muito mais vitalidade e força emancipadora quando estão articuladas com a luta do trabalho contra o capital. (ANTUNES, 2005, p.111). Isto porque,

o fim das formas de opressão de classe, se geradoras de uma forma societal autenticamente livre, autodeterminada e emancipada, possibilitará o aparecimento de condições histórico-sociais nunca anteriormente vistas, capazes de oferecer condicionantes sociais igualitários que permitam a verdadeira existência de subjetividades diferenciadas, livres e autônomas. (ANTUNES, 2005, p.110)

Sendo assim, considera-se de suma importância a ascensão dos novos movimentos sociais na luta política contra as variadas formas de dominação. Mas temos uma concepção, diferentemente do que defende Touraine, de que esta ascensão não implica na substituição de um movimento operário “arcaico”. Pois ainda acredita-se que a questão da exploração do trabalho tem relevância central na análise da dominação na sociedade capitalista contemporânea.

3. Considerações Finais: necessidade de reafirmação da crítica

A perda de respaldo da centralidade do trabalho, como se viu, não é exclusiva do plano teórico – como evidentemente não poderia ser, já que as ciências humanas tratam da realidade social e sofrem influência dela. Ela ocorre também, como já foi discutido no decorrer dos itens anteriores, no âmbito do desenvolvimento da realidade social, a partir das transformações que esta vem sofrendo.

No entanto, na nossa concepção, as mudanças que ocorreram na sociedade não implicaram no deslocamento das questões econômicas, capitalistas, referentes à exploração do trabalho, para uma posição periférica. Isto, tanto no que se refere ao desenvolvimento da realidade quanto nas questões teórico-metodológicas da sociologia. Ou seja, reafirma-se a questão da centralidade do trabalho enquanto fator primordial da acumulação capitalista e enquanto categoria explicativa da sociedade.

O que estamos tentando colocar não é a existência de uma “sociedade do trabalho intacta” (Offe, 1989) – é evidente, e isto já deve ter ficado claro, que a esfera do trabalho, inserida no capitalismo, também sofre mutações significativas, estas que implicaram diretamente em mudanças nas relações sociais de todos os tipos. Mas sim que tais mudanças não significaram o fim da sociedade que se organiza em torno do trabalho como seu núcleo central. De acordo com Antunes (2001), as investidas do capital são no sentido

de diminuir ao máximo a presença de força de trabalho na produção, já que esta é imprescindível para a reprodução do capital,

Isso porque o capital é incapaz de realizar sua auto-valorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode *diminuir* o trabalho vivo, mas *não eliminá-lo*. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo” (Antunes, 2001, p. 38).

Portanto, no que concerne a nossa discussão,

o fim da centralidade do trabalho (...) é uma possibilidade realizável somente como consequência de um ato humano, a superação da sociedade capitalista. (AUGUSTO, 1998, p. 101)

Além de Offe e Touraine, outros autores – dentre eles, Daniel Bell, Jürgen Habermas, Andre Gorz⁶ – vêm analisando a sociedade contemporânea e evidenciando, enfocando aspectos diferentes e a partir da construção de determinadas categorias, o fim da sociedade industrial ou o fim da centralidade do trabalho na reprodução social. Por serem discussões bastante extensas, coube a este artigo, a análise de apenas dois dos vários autores que optaram por seguir este caminho na teoria social.

Apenas para fechar, cabe afirmar que ao taxar de “cientistas sociais conservadores” o grupo de estudiosos que sustentam a “defesa rígida (analítica e político-normativa) de modelos sociais e critérios de racionalidade centrados no trabalho e na renda” (OFFE, 1989, p. 9), este grupo de estudiosos que dão ênfase às questões pontuais, preferem imaginar que já não vivenciamos um contexto em que o central é a exploração capitalista desumana, enquanto milhares de pessoas estão na linha de miséria vítimas deste modo de produção.

Estes autores acabam por sair em defesa da explosão de subjetividades, do fim das organizações políticas coletivas e, assim, por privilegiar uma esquizofrenia política e teórica que vem abalando tanto as práticas de esquerda como as construções teóricas que ainda tentam se engajar em questões relevantes para a crítica da realidade social como um todo.

Enquanto isso, a realidade é de desemprego estrutural e de uma exploração do trabalho cada dia mais aprofundada, através de processos de precarização. Nos deparamos,

⁶ BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo: Cultrix, 1973; HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa*. Madri: Taurus, 1987; GORZ, André. *Adeus ao Proletariado*. Rio de Janeiro: Forense Universtária: 1987.

desta forma, com uma necessidade de reafirmação da crítica de abordagem histórica e totalizante ao modo de produção capitalista, que continua a encontrar, mesmo em suas crises, formas de acumulação e manutenção de sua reprodução perversa.

4. Bibliografia

ANTUNES, Ricardo. Trabalho e Precarização numa Ordem Neoliberal. *In*: FRIGOTTO, G. & GENTILI, P.(orgs.). *A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. São Paulo: Cortez, 2001.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 7 ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

AUGUSTO, André G. O fim da centralidade do trabalho?. *Pesquisa & Debate*, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 87-104, 1998.

MARX, Karl. *O Capital*, Vol. 1/1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

OFFE, Claus. Trabalho: categoria chave da Sociologia. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n 10, v 4, p.5-20, 1989.

SAUL, Renato P. Crise-regeneração paradigmática da sociologia e sistema econômico. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 222-240, 2001.

TOURAINE, Alain. *A sociedade post-industrial*. Lisboa: Moraes editores, 1970.